

Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)



Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Competência
e Sintonia com os Novos Paradigmas do
Mercado

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : competência e sintonia com os novos paradigmas do mercado / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-485-6 DOI 10.22533/at.ed.856191807 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins, Bianca Camargo. CDD 720
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que, a convite da Editora Atena, apresento a primeira edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado”. Esta edição, composta por 23 capítulos, apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e do urbanismo, como: arquitetura, planejamento urbano, tecnologia e preservação do patrimônio cultural.

Um dos temas amplamente discutidos aqui é a preservação da paisagem como patrimônio cultural. Desde 1992, quando a Unesco incluiu a paisagem cultural como bem passível de preservação, inúmeros estudos e pesquisas mostram a importância da discussão do tema no território nacional. Porém, a valorização e o fomento à proteção da paisagem como bem cultural ainda é um grande desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas nacionais.

Assim, o foco do presente livro é mostrar a importância e a amplitude da discussão sobre o papel social da arquitetura e do urbanismo contemporâneo. Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas públicas ou privadas, que socializam o acesso a estas importantes pesquisas e reflexões.

Acredito que os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LIÇÕES DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE CHICAGO PARA A PESQUISA URBANA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL	
Linda Maria de Pontes Gondim	
DOI 10.22533/at.ed.8561918071	
CAPÍTULO 2	13
PORTO DO AÇU: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS NA MÍDIA IMPRESSA REGIONAL	
Dayanne Vieira Maia	
Rosélia Perissé da Silva Piquet	
DOI 10.22533/at.ed.8561918072	
CAPÍTULO 3	26
A ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MARINGÁ-PR: CONFLITOS E REPERCUSSÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO	
Leonardo Cassimiro Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.8561918073	
CAPÍTULO 4	42
AGRICULTURA URBANA: UMA FORMA DE INTERVENÇÃO SUSTENTÁVEL	
Talissa Fernanda Bussacro Serafin	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918074	
CAPÍTULO 5	53
O MEIO FÍSICO COMO CONDICIONANTE NO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO URBANO-PAISAGÍSTICA	
Eder Donizeti da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918075	
CAPÍTULO 6	68
PAISAGEM CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO	
Jefferson Eduardo da Silva Morales	
Georgia Patrícia da Silva Ferko	
Graciete Guerra da Costa	
Elizabete Melo Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918076	
CAPÍTULO 7	79
METODOLOGIAS DE ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918077	

CAPÍTULO 8	91
PAISAGEM CULTURAL E PAISAGEM SONORA HISTÓRICA: DOS SONS DO PASSADO NA IDENTIDADE DO PATRIMÔNIO	
Rodrigo de Almeida Spinelli Pinto	
Ernaní Simplício Machado	
Miriam Carla do Nascimento Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8561918078	
CAPÍTULO 9	101
FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DA PAISAGEM CULTURAL: METODOLOGIA APLICADA EM ITAGUAÇU – ES	
Amanda Guimarães Meneses	
DOI 10.22533/at.ed.8561918079	
CAPÍTULO 10	113
BUENOS AIRES E A HABITAÇÃO OBREIRA PERONISTA: <i>BARRIO 17 DE OCTUBRE</i>	
André Luis Rodrigues Bering	
Nara Helena Naumann Machado	
Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180710	
CAPÍTULO 11	125
PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Claudio Antonio Santos Lima Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.85619180711	
CAPÍTULO 12	137
A FERROVIA E SEUS CAMINHOS NO DESENVOLVIMENTO URBANO	
Adriana Cristina Gonçalves Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180712	
CAPÍTULO 13	149
A PAISAGEM CULTURAL DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA NA DINÂMICA FABRIL DA CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO	
Marcelo Cachioni	
DOI 10.22533/at.ed.85619180713	
CAPÍTULO 14	162
INTERVENÇÕES URBANAS: OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA PAISAGEM CULTURAL RIBEIRINHA DA VILA ELESBÃO (AP)	
Luana Marques Vieira	
Guilherme Pantoja Alfaia	
Victor Guilherme C Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.85619180714	
CAPÍTULO 15	175
A PRESENÇA ESLAVA NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM ARQUITETÔNICA DA ZONA DA MATA RONDONIENSE – BRASIL	
Janina Maria de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.85619180715	

CAPÍTULO 16	188
O BAIRRO POTI VELHO EM TERESINA-PI: PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL	
Mariana Monteiro Scabello Andréa Lourdes Monteiro Scabello Marina Brito de Oliveira Marques Marjorie Brito de Oliveira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.85619180716	
CAPÍTULO 17	200
RUA DO HORTO: RELIGIÃO E A FORMAÇÃO DE UMA PAISAGEM CULTURAL	
Marília Jerônimo Costa Sarah Brandeburski Farias Gabiella Donato de Oliveira Lima Jussara Bióca de Medeiros Timótheo	
DOI 10.22533/at.ed.85619180717	
CAPÍTULO 18	213
VIA-PARQUE DAS GRAÇAS: CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIAL	
Marcela Correia de Araujo Vasconcelos Zulim	
DOI 10.22533/at.ed.85619180718	
CAPÍTULO 19	224
DESENVOLVIMENTO DA PAISAGEM URBANA: RADIAL AVENIDA JOÃO PESSOA, PORTO ALEGRE – RS	
Cristiane dos Santos Bitencourt Schwingel Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180719	
CAPÍTULO 20	236
MUITO ALÉM DO EMBELEZAMENTO	
Raquel Silva dos Santos Ana Elisabete de Almeida Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.85619180720	
CAPÍTULO 21	250
CARTOGRAFIA SOCIAL DA PAISAGEM CULTURAL DO MUNICÍPIO DE IRAQUARA - BA: SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO	
Luciana Almeida Santos Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.85619180721	
CAPÍTULO 22	264
CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DE MONUMENTOS CULTURAIS EM COLATINA	
Wellington Gomes da Silva Ana Lucia Reis Melo Fernandes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180722	

CAPÍTULO 23	278
CENTRO CULTURAL FILÉ DA BARRA: ANTEPROJETO DE UM ESPAÇO CULTURAL E DE LAZER O PARA O BAIRRO DO PONTAL DA BARRA EM MACEIÓ – AL	
David Alves de Andrade Alexandre da Silva Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.85619180723	
CAPÍTULO 24	291
ANÁLISE ESPACIAL DE VISIBILIDADE APLICADA A GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL REMANESCENTE DOS CAMINHOS DE TROPAS NA REGIÃO DA COXILHA RICA, SANTA CATARINA	
Edenir Bagio Perin Adolfo Lino de Araújo Flavio Boscatto	
DOI 10.22533/at.ed.85619180724	
SOBRE A ORGANIZADORA	303
ÍNDICE REMISSIVO	304

MUITO ALÉM DO EMBELEZAMENTO

Raquel Silva dos Santos

Universidade de Brasília. Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo¹.

Universidade de Brasília – UnB, Instituto Central de Ciências - ICC Norte - Gleba A
Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte -
70842-970 – Brasília/DF
raquelsantosarqt@gmail.com

Ana Elisabete de Almeida Medeiros

Universidade de Brasília. Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – FAU/UnB, LabEUrbe – Laboratório dos Estudos da Urbe; Chefe do Departamento de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo – DTHAU.

Universidade de Brasília – UnB, Instituto Central de Ciências - ICC Norte - Gleba A
Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte -
70842-970 – Brasília/DF
ana@unb.br

RESUMO: O presente artigo aborda as intervenções urbanas e como essas podem propiciar um melhoramento não apenas físico da paisagem edificada, mas estabelecer o fortalecimento de laços de reconhecimento e

vínculo com a cultura. A estética dos espaços edificados, apreendida pela percepção visual – inerentemente limitada – varia de acordo com fatores culturais e socioeconômicos. A legibilidade do espaço auxilia na apreensão e fruição deste, além de demonstrar a necessidade de análise contextual em seu sentido temporal e espacial, bem como sua relação com o sujeito. A intervenção, por sua capacidade de rebatimento no âmbito subjetivo, evidencia a necessidade de investir esforços na conservação de espaços de interesse histórico e patrimonial no âmbito objetivo – fora do sujeito – em seu sentido material. A disparidade observada na paisagem urbana, reproduzindo, entre outros aspectos, desigualdade socioeconômica e diversidade cultural, pode contribuir no estudo sobre apropriação de espaços ditos públicos (SERPA, 2007), sendo relevante para verificação do êxito de uma determinada intervenção, bem como para o estabelecimento de diretrizes para intervenções futuras. Sendo assim, o objetivo desta análise consiste em verificar aspectos estéticos que possam conduzir a dinâmicas de reconhecimento, interação e apropriação do espaço, revelando como a intervenção na paisagem urbana em seu aspecto sensível pode

1. Cabe ressaltar que o presente artigo constitui parte do desenvolvimento da dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – PPG/FAU-UnB, vinculada ao Laboratório de Estudos da Urbe – LabEUrbe e intitulada “A plasticidade na interação entre sujeito e lugar”, cujo intuito é analisar a questão da apropriação de um sítio tombado por meio de seus intervenientes estéticos. A percepção do sujeito frente ao objeto merece destaque na dinâmica de fruição, sem a qual a apropriação e o reconhecimento não se efetivariam.

fomentar o contato interpessoal e a difusão e manifestação da cultura. Esta – por vezes abafada pela falta de elementos representativos, de espaços livres destinados a tais manifestações, ou pela monotonia de espaços que diluem a diversidade – encontra-se amiúde suprimida e entregue à degradação, perdendo espaço para a cultura da universalidade e globalização. De cunho qualitativo, a pesquisa pretende, por meio de revisão bibliográfica, evidenciar que o resgate à memória, à particularidade individual e à associação com a cultura – com enfoque visual – pode gerar resultados que transcendem o embelezamento da paisagem urbana. Destarte, caberá analisar se as tentativas reunidas neste artigo, de amenizar discrepâncias que fragmentam a cidade e valorizar a questão cultural, podem servir como aparato de avaliação da manutenção da condição vitalidade questionada por Jacobs (1961) em espaços públicos da cidade contemporânea. A procura por melhoria pode não ter como finalidade precípua a estética, mas esta pode ser a condição inicial para vitalidade, reconhecimento e redução da violência urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem urbana, intervenção, estética, apropriação.

INTRODUÇÃO

Imagina-se, ordinariamente, que a estética seja uma condição de mera aparência, como se tal conceito, com forte viés filosófico, não representasse uma dimensão cultural, simbólica e representativa extremamente relevantes. Ao tratar a respeito, o que se passa no imaginário coletivo é a questão do belo, da superficialidade, da frivolidade. Algo tido como inútil, mas que, em contradição, é almejado. Isto ocorre porque, apesar de não ter finalidade específica, a estética, em sentido da percepção por meio da sensibilidade, acaba apreendendo o belo, em especial nas intervenções artísticas de dimensão visual. Tais intervenções manifestam aspectos culturais relevantes, a exemplo dos memoriais. Segundo Aranha e Pires (2008, p. 108), o indivíduo satisfaz a própria necessidade de contemplação por meio da apreciação da beleza, contrapondo, assim, o senso comum de consideração da estética como inútil.

Apesar de não ter uma função específica, as manifestações artísticas, em especial àquelas visuais, apreendidas na paisagem urbana e os demais fatores intervenientes da estética do espaço, não são despreziosos. Tais elementos expressam aspectos culturais e políticos que podem coadunar ou contestar as condições hegemônicas vigentes e são imbuídos de uma memória coletiva, mesmo que o referencial simbólico inerente aos objetos artísticos ou edifícios seja implícito ou desconhecido pela maioria. A beleza encontrada na paisagem edificada constitui-se não apenas do objeto em si, mas do receptor que a contempla, o que evidencia a necessidade de analisar a interação entre ambos, respaldando-se numa análise fenomenológica (Hegel, 1992, p. 102). As intervenções visuais sobre o espaço urbano, mesmo que tal dimensão não constitua a finalidade precípua da modificação, propiciam o sentimento de juízo estético.

Em sítios patrimoniais, a preocupação com a manutenção estética deve ser salientada, visto que a memória coletiva e a relação com a identidade e cultura local devem permanecer, evitando a supressão de elementos que lhes são próprios. A ausência de uma estética que abafe a necessidade de uma satisfação humana contemplativa (ARANHA E PIRES, 2008, p. 108), por questões de restrição de disponibilidade de recursos, por predomínio da técnica ou apenas em virtude da negligência de projetos executados por autoridades corrompidas pelo capital, além de evidenciar a crise pela qual a cultura nacional passa, pode gerar hostilidades comportamentais, ainda que não de maneira direta. Tal condição pode ser reforçada ao adicionar a esta ausência a descontinuidade visual da paisagem urbana, oriunda de diferentes ocupações culturais, bem como das desigualdades socioeconômicas, resultando num aspecto interrupto e desarmonioso da mesma.

Os valores propostos pelos elementos estéticos, evidenciados em obras de arte, ornamentos edilícios, ou na própria configuração espacial, esculpida por elementos edificadas e não edificadas, suscitam sensações e sentimentos que precisam ser considerados nas intervenções urbanas e políticas de ação social. O cunho cultural visual aparece como elemento de imponência, principalmente em regiões predominantemente católicas, nas quais a simbologia visual aparece como protagonista. Os elementos plásticos, ainda que não de maneira normativa, estimulam a percepção visual do receptor, tornando o espaço mais ou menos convidativo e passível de ser apropriado, facilitando ou dificultando dinâmicas de reconhecimento, necessárias para a legitimação e conservação dos mesmos. Estes, apesar de sua solidez arquitetônica, apresentam uma mutabilidade inerente à concepção do sujeito, com infindáveis possibilidades visuais, percepções e interpretações. Além disso, a abordagem de Hegel (1992, p. 102), que se vincula tanto com a consideração do sujeito quanto pela condição de realidade mutável, permite a análise da experiência sensível em uma aproximação diacrônica, considerando o espírito do tempo.

As características formais explicitadas em um conjunto de interesse patrimonial atribuem a este uma legibilidade e contextualização – tanto no que diz respeito à localidade, quanto ao espírito do tempo – que facilitam a leitura do espaço e a interação deste com seus receptores. A ruptura dessa inteligibilidade estética provoca, além da descontinuidade do tecido urbano, um hiato no caráter do julgamento, evidenciando a desigualdade social, e deixando explícita a conotação do feio relacionado ao assentamento de comunidades desprovidas de recursos financeiros, cujos espaços públicos, fora do alcance das especulações imobiliárias, amiúde encontram-se negligenciados. Os rebatimentos da evidente condição de caos da paisagem urbana podem provocar, em determinados grupos sociais, a sensação de não pertencimento aos espaços ditos públicos (Serpa, 2007, p.16), deflagrando comportamentos hostis nos receptores que fazem parte do local notado como feio, em contraposição ao belo percebido na cidade formal. Apesar de semear um debate que permite análises e abordagens bastante interessantes, a questão do comportamento não será explorada

no escopo do trabalho.

A questão a ser explicitada no presente texto concerne na relevância do caráter cognitivo da sensibilidade visual na inteligibilidade do espaço edificado que constitui a paisagem urbana e cultural, que transcende a questão material de ordem estética e permeia o imaginário coletivo. Nesse sentido, a observação e identificação dos elementos visuais que propiciam a permanência e contato interpessoal podem servir como estratégias a se aplicarem em contextos culturais semelhantes, adaptando-se à dimensão local e visual. Para tanto, torna-se indispensável eleger um estudo de caso que possa evidenciar a relação da estética com a manutenção da vitalidade do local em um sítio de interesse patrimonial, que revele a cultura do local.

Em decorrência da impossibilidade de selecionar inúmeros estudos de caso que possam evidenciar como uma intervenção urbana pode propiciar um melhoramento muito além do mero embelezamento, no sentido de tornar belo, reforçando a cultura, a identidade e a memória coletiva, foi selecionado um objeto de pesquisa que passou por uma intervenção recente e já apresenta novas propostas de requalificação: a Praça Cívica, em Goiânia. O local constitui marco inicial do centro urbano projetado pelo arquiteto Attilio Corrêa Lima, sendo de fundamental importância para o tecido urbano e para a linguagem cultural da cidade, manifestada em Art Déco.

Destarte, o estudo procura contribuir, ainda que rapidamente, para a seguinte questão: como as intervenções urbanas, ainda que a ordem estética não seja a finalidade precípua, podem propiciar um embelezamento que transcenda a dimensão tangível? Para tanto, a estratégia de estruturação do texto que se segue subdivide-se em duas partes: na primeira, a proposta consiste em fundamentar teoricamente as questões referentes à ordem estética e cultural. Ambas se complementam numa abordagem que vai além da questão meramente formal, sem a qual não parece possível a compreensão da vinculação entre os aspectos visuais materiais e seus rebatimentos intangíveis por meio da percepção visual, insuflada por intervenientes da cultura local e nacional. Na parte subsequente, pretende-se analisar a Praça Cívica de Goiânia, em que a intervenção, mesmo que aparentemente voltada para a melhora da percepção visual, pode gerar desdobramentos além da sensibilidade. A partir disto, será possível observar se os resultados validam ou refutam o intuito pretendido.

ACERCA DA PERCEPÇÃO VISUAL, DA ESTÉTICA E DA CULTURA

Partindo da proposta do colóquio, cujo objetivo é aprofundar as discussões acerca das diversas dimensões da ideia da paisagem cultural, abrangendo tanto a natureza conceitual, metodológica e projetual, quanto seus rebatimentos para as políticas de preservação, intervenção e gestão do patrimônio, cabe discorrer sobre como o entendimento da paisagem urbana em sua dimensão estética e cultural pode fornecer subsídios para intervenções em sítios urbanos de interesse patrimonial.

Ao intervir na paisagem cultural, as propostas – cujo rebatimento imediato se revela primeiro na dimensão visual para em seguida, reverberar em dimensões intangíveis inerentes à pluralidade subjetiva – atingem uma amplitude que superam a mera questão do embelezamento. Nesse sentido, o próprio patrimônio, em sua dimensão interdisciplinar, transcende a questão formal e material, lançando subsídios para o debate cultural, histórico e filosófico.

Ao intervir sobre uma paisagem, o melhoramento visual pode favorecer as condições de apropriação, reforçando a interação interpessoal e a relação de pertencimento. Tal interação entre sujeito e objeto – sendo o objeto o lugar de interesse patrimonial – ao propiciar a permanência, implica em condições de melhoramento da segurança e da questão do cuidado, podendo influir na prática preservacionista, visto que o uso, apesar de algumas vezes gerar degradação, contribui para sua perenidade. Para tratar a aparência e o que se deixa entrever por meio desta, em questão de cultura visual, simbologia e apropriação, torna-se imprescindível a consideração do sujeito em seu entendimento mais amplo – amiúde ignorado na realização de intervenções em espaços urbanos ou mesmo edificações, seja na concepção de novos projetos ou na manutenção e conservação de espaços edificados – e de sua escala, cuja percepção pelos sentidos é limitada. Dito isto, cabe ressaltar que o conceito de lugar se associa, aqui, à abordagem de Heidegger (1954, p.417) como espaço dado em função de determinada localidade, vinculada à cultura, recebendo seu ser em virtude da localização e não do espaço.

O lugar, apreendido pela percepção visual do sujeito, submete-se às diversas concepções e julgamentos de beleza. Tal condição fornece uma pluralidade inesgotável na interpretação e apropriação do lugar, atribuindo-lhe uma mutabilidade inerente à plasticidade. O termo plasticidade, segundo Malabou (2005 p. 107), designa a capacidade que alguns materiais, pessoas ou espaços de receber forma, como a argila ou o plástico; de dar forma, de um escultor ou cirurgião plástico; e de deflagrar ou explodir toda forma. Tal definição pode ser utilizada na análise do lugar, visto que carrega consigo a noção de mutabilidade inerente à plasticidade, que também pode ser entendida por sua dimensão estética oriunda das artes plásticas das Belas Artes. O aparente paradoxo entre a solidez do sítio urbano edificado e a sua suposta plasticidade deve-se ao fato da consideração do indivíduo em suas infindáveis possibilidades de leitura e apropriação do espaço, bem como da possibilidade de mudanças da aparência das superfícies rígidas a partir da luz e dos aspectos visuais.

A dimensão estética – e política – da arquitetura, amiúde analisada sob o viés de arte pública, conduz à uma aproximação filosófica, tornando imprescindível sua análise sob a ótica fenomenológica, sobretudo a partir de Husserl e Hegel, que tratam da estética tendo por base a noção de verdade, categoria vinculada à razão. Ao utilizar este conceito, torna-se inevitável lembrar das ficções explanadas por Eisenman (1984, *apud* NESBITT, 2006, p. 232-252) – representação, razão e história – na defesa de que a Arquitetura Moderna perpetua os princípios a que se dispôs romper. O arquiteto

afirma que quando a razão entra em crise, torna-se perceptível que os fundamentos da verdade eram, também, baseados em fé – respaldada na razão, ou no fato de que tudo poderia ser explicado por ela, contrapondo-se aos princípios do existencialismo explanados por Heidegger que, em sua obra “Ser e tempo” (2005, p. 87), declara que nem tudo pode ser explicado – expressando o espaço existencial, fenomenológico, e opondo-se ao espaço medido matematicamente. Apesar da interessante discussão que o assunto pode fomentar, as ficções sugeridas por Eisenman não serão abordadas no escopo do presente trabalho, podendo ser explorado em pesquisas ulteriores.

Para estudar a interação entre ser e objeto e como tal condição pode funcionar como potencial influenciadora da prática preservacionista de um sítio tombado, faz-se necessário recorrer a uma abordagem que transcenda aos limites circunscritos na prática arquitetônica. Nesse sentido, a aproximação filosófica com a fenomenologia fornece subsídios para a compreensão da apropriação de um determinado sítio, que é antes percebido, para então ser reconhecido e utilizado, ou apreciado. Partindo da abordagem de Husserl, pioneiro no método fenomenológico, cuja iniciação deu-se em virtude da questão do número, que não existe em si, como absoluto, mas representa um conceito usado para enumeração, referindo-se a um aspecto lógico e psicológico, inicia-se o estabelecimento de uma correlação com a experiência da consciência, diante da qual a realidade do espaço urbano representa signos cuja eficácia visual colabora na propagação da cultura.

Fundamentada na defesa de uma ciência baseada em experiências vividas, preocupada em esclarecer a essência e transcender os limites da materialidade por meio do fenômeno, sendo este tudo aquilo que se manifesta ao sujeito que o interroga, a análise estética que desvela a cultura local segue numa abordagem preocupada com os desdobramentos que a intervenção material pode fornecer nas interações ocorridas num determinado lugar. Assim como na fenomenologia, o objetivo da análise desloca-se da explicação do fenômeno para a descrição deste, na qual a condição de relação causal deixa de ser o escopo da reflexão, agora respaldada na busca pela essência por intermédio dos sentidos, numa dimensão mais subjetiva, no qual o fenômeno se doa como dotado de um sentido, não podendo ser reduzido a uma única dimensão, à medida que abrange a possibilidade de olhar as coisas como elas se manifestam.

A necessidade de apreender a essência do fenômeno estabelece uma interdependência entre a existência do sujeito e do mundo. O objeto de conhecimento não é a realidade em si, mas torna-se compreensível por meio do existir do observador, ou seja, a consciência se dá por meio da consciência de alguma coisa. O fenômeno dirige-se para uma consciência, explicitando o conceito da intencionalidade, cujo ato traduz-se em um comportamento dirigido. Nesse sentido, a realidade passa a depender do ser, da experiência da consciência. Pautada nessa lógica descritiva, em que a consciência é o que permite ver além da coisa em si, cabe permear o estudo por meio da abordagem de Hegel, cuja linha de pensamento é prosseguida por Heidegger, evidenciando o sujeito como protagonista na análise da realidade, bem como produto

de seu tempo.

A abordagem de Hegel segue na defesa do conhecimento adquirido pelos sentidos, considerado de baixa escala, até atingir o saber absoluto e universal. Hegel (1992, p. 32), por seu conceito idealista que integra a racionalidade objetiva e subjetiva, é utilizado como respaldo para a verificação da unidade do sujeito-objeto necessária para este estudo da paisagem urbana em seu âmbito estético e cultural, visto que o patrimônio se constitui a partir da atribuição de valores (Riegl, 2006 p. 385-391) e pelo estabelecimento de verdades. Ou seja, o belo aprendido na paisagem urbana, revelando signos imbuídos de simbolismo cultural, depende da percepção do sujeito e da atribuição de juízo deste, justificando a necessidade de aproximação entre filosofia e arquitetura, no entendimento e legibilidade da paisagem por meio de intervenientes estéticos.

Para facilitar a compreensão da abordagem Hegeliana, bem como evitar distorções na apropriação de seu pensamento, outros autores foram utilizados. Nesse sentido Palazzo (2009, p. 2-18), aparece como alternativa para evitar asserções levianas quanto à (in)determinação estética e histórica de Hegel. De acordo com o autor, existem muitas interpretações equivocadas a respeito do determinismo que o filósofo não promovia. Palazzo, além de propor desmistificar tal determinismo, questiona a verdade filosófica, tida como atemporal e aplicável a todas as situações, na qual Hegel reconhece os fatos num molde preestabelecido sob o aspecto filosófico, formando um sistema cronológico no qual o espírito está em progressão linear, livre de qualquer paradoxo.

A sugestão de que todas as consciências individuais seriam projeções de um espírito universal e a relevância do momento histórico conduzem para importância da análise espacial em consideração ao contexto temporal, que influencia nas preferências estéticas e modos de apropriação. Tal questão que pode ser aplicada em intervenções sobre o patrimônio, que deve considerar o espírito da época (*Zeitgeist*) levantado por Hegel, que também evoca a questão dos valores, essa tratada por Riegl (2006 p. 385-391), quando este afirma que a prática preservacionista é uma construção social assentada em valores que se modificam.

A apreensão estética da paisagem urbana cultural, ocorre especialmente por meio da contemplação. O termo “contemplação”, de acordo com a abordagem filosófica grega, encerra o entendimento da teoria, em oposição a práxis, ou ação. Contudo, ao observar a etimologia da palavra, de origem latina formada pelos termos *templum* (templo) e *cum*, tem-se a contemplação como a ação de observar, significando também o ato de examinar e considerar profunda e atentamente uma coisa, espiritual, visível e material. No sentido teológico, o termo contemplar consiste, segundo São Tomás (ALMEIDA, 2008. p. 60-62.) na aplicação voluntária do entendimento aos dogmas sobre a divindade com o desejo de gozar das grandes verdades nelas contidas.

O uso da palavra “contemplação” nas Sagradas Escrituras, não acontece de maneira explícita, no entanto, é descrita, podendo ser apreendida em algumas

passagens. Cumpre recordar que as primeiras referências a respeito da contemplação são anteriores ao cristianismo: Platão, Aristóteles e Plotino trataram do tema. Porém, no século V, a primazia da contemplação sobre a ação foi mais defendida, tendo como um dos seus principais expoentes o monge João de Cassiano. Apesar de tal abordagem, pretende-se focar na contemplação como ação, vinculada ao ato de observar, experimentar pela percepção visual.

A partir da contemplação e da legibilidade de elementos visuais, torna-se possível reconhecer uma paisagem, vinculando-a a uma localidade e cultura. Os elementos arquitetônicos e culturais manifestam-se explicitamente e, mesmo que se desconheça o significado de sua simbologia, torna-se possível a identificação de um determinado lugar em detrimento de outro. Os aspectos visuais e arquitetônicos viabilizam identificar se uma determinada imagem se refere à paisagem cultural de Londres, Pequim, Seattle, Belo Horizonte, Rio de Janeiro ou Brasília, por exemplo. Evidentemente, tal asserção não se aplica a todos os lugares que compõem a paisagem urbana, visto que a homogeneização da globalização produz espaços cada vez mais estéreis e escassos de elementos regionais. De qualquer maneira, há aspectos visuais na paisagem que permitem a identificação do lugar ou de sua cultura.

Nesse sentido, apesar dos não-lugares, conceito explicitado por Augé (2005, p.165), ou de intervenções que apenas replicam estratégias de requalificação, como os casos de Baltimore, Porto Madero, Belém do Pará e outros, a percepção individual, imbuída por aspectos culturais, reconhece o objeto atribuindo-lhe valor e uma interpretação própria à percepção estética. O julgamento de beleza inerente a esta advém da ausência ou presença de prazer, cuja condição reside na subjetividade do sujeito. Sendo assim, a paisagem edificada, representação cultural em uma dimensão urbana, mesmo que despojada do conhecimento histórico e patrimonial que visa eternizar a essência do lugar, promove o amparo necessário à condição humana que anseia pela contemplação.

Em contraposição à ideia de amparo que a cultura proporciona, os intervenientes estéticos, dados por intervenções artísticas ou edificações, nem sempre promovem refúgio aos anseios que o ser procura. Em vez disso, amiúde proporcionam a noção de incômodo, seja por meio da expressão de contestação ou de consentimento em relação à hegemonia política vigente. Mesmo que ofereça uma sensação inoportuna, a relação de fruição torna-se inevitável frente ao objeto estético.

A ambivalência (materialidade e essência) inerente ao patrimônio, cuja interdisciplinaridade amplia o debate acerca das dinâmicas de legibilidade, apropriação e conservação, adicionada à subjetividade inerente ao juízo estético que conduz às dinâmicas de apropriação e reconhecimento dada pelos elementos visuais podem ser percebidos e interpretados de maneiras díspares, com apropriações esperadas (instruídas pelo projeto) e alternativas, variando de acordo com o contexto cultural e temporal. A peculiaridade da percepção do indivíduo, que interpreta o espaço a partir de elementos do contexto físico e da consciência – imbuída de subjetividade –

demonstra-se numa infindável lista de possibilidades, tornando necessário estabelecer um estudo de caso específico, para que as questões possam ser evidenciadas na prática.

ANÁLISE DE INTERVENÇÃO SOB UM VIÉS ESTÉTICO

As ações de intervenção em sítios urbanos tombados tornam necessária a consideração do sujeito, visto que este atribui valor e significância aos elementos constituintes do lugar. Além disso, o transeunte, ao perceber o espaço, estabelece uma relação com este, seja de reconhecimento ou renúncia, permanência ou evasão. A fruição entre sujeito e objeto é inevitável e deve ser considerada para que os projetos de intervenção em sítios urbanos de interesse patrimonial sejam mais adequados à cultura local. Ao ponderar sobre o sujeito, torna-se imprescindível elucubrar a questão do tempo, segundo o qual Hegel (apud Danto p.97) declara produzir o homem. O espaço é apreendido pelos sentidos, especialmente pela visão, por meio da qual ocorre a percepção imediata, constatando profundidades, luz, anteparos e intervenientes formais que o compõem. Dessa maneira, torna-se imprescindível analisar a preservação do patrimônio sob um viés estético, o qual esteve associado majoritariamente à arquitetura e aos bens móveis, a despeito da amplitude da dimensão urbana.

Há um padrão estético, mesmo que não normativo, que pode ser observado em intervenções no Brasil? Alguns estudos de caso poderiam ser explorados no sentido de contrapor-se à tal asserção, porém, em virtude de restrições operacionais e normativas deste trabalho, focar-se-á em um estudo de caso, a fim de explicitar que apesar de não haver um padrão normativo que regule estratégias de intervenção em sítios tombados, é possível observar ações que podem ser replicadas e adaptadas à dimensão local. É necessário salientar que as intervenções, mesmo que se proponham a promover transformações no âmbito visual, devem manter os aspectos visuais que caracterizam a arquitetura e a cultura de um lugar, viabilizando a permanência de sua essência a partir de aspectos que permitam seu reconhecimento.

O fenômeno da universalização (Frampton, 2008, p. 381-397) constitui-se numa espécie de destruição da cultura tradicional, evidenciando ameaça à cultura local, que deve ser evitada, a partir da manutenção e conservação de aspectos elementares da cultura, a despeito do consumismo, da especulação imobiliária e das intervenções voltadas ao mercado turístico. A cultura local, amiúde abafada pela cultura global e entregue à degradação e dissolução de elementos estéticos caracterizadores da localidade, pode trazer implicações com rebatimentos individuais, cuja dissolução do sujeito e supressão da individualidade podem causar consequências imensuráveis, no sentido de trazer prejuízos individuais com âmbito coletivo, em decorrência da acentuação do anonimato presente em locais onde o predomínio da cultura de massa suprime as peculiaridades parciais.

A fragmentação da paisagem urbana brasileira reflete, além da desigualdade

socioeconômica, a questão da diversidade cultural, curiosamente reunida por uma unidade linguística apesar da extensa dimensão territorial. No Brasil, tal característica é recorrente em diversas cidades, observando-se a disparidade da configuração espacial e edilícia equivalente às ocupações oriundas de culturas distintas: o bairro da Liberdade, em São Paulo, o bairro Jaó em Goiânia e tantos outros exemplos podem ser lembrados para validar tal asserção. Em virtude da proximidade e familiaridade com o local, foi escolhido a Praça cívica, marco inicial do tecido urbano da nova capital de Goiás, que se estabeleceu em 1933, na Era Vargas, período de afirmação da hegemonia política. A nova cidade planejada teve seu desenho partindo de uma centralidade (a Praça Cívica, que em seu núcleo possui o Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual), para a qual confluem três avenidas principais (Goiás, Araguaia e Tocantins).

Com a expansão da malha urbana e a formação de novas centralidades, o centro histórico, apesar de sua importância e do fácil acesso do ponto de vista da mobilidade (local bem alimentado pelo transporte coletivo), foi adquirindo certa obsolescência do ponto de vista cultural. A paisagem Art Decó predominante do centro foi, aos poucos, suprimida pelos letreiros dos estabelecimentos comerciais, sufocando a legibilidade trazida pela linguagem arquitetônica. A praça, de certa maneira imune aos letreiros comerciais, tornou-se estacionamento no período diurno, conforme ilustrado na figura 1, e local para atividades ilícitas no período noturno e perdeu suas características de grande boulevard e centro de convivência, o que a tornou insegura, agrando a questão da dificuldade de apropriação. Diante de tal quadro, uma medida precisava ser tomada: a Praça precisava ser requalificada e o pedestre voltar a ser o protagonista, juntamente com os edifícios que imprimem a cultura da cidade.



Figuras 1: Praça Cívica como estacionamento. Fonte: F.T., 2012

Foi proposta uma intervenção de requalificação – conceito vinculado ao que,

segundo Solá-Morales (2001 p. 105-110) deve partir da análise da importância simbólica e arquitetônica do patrimônio cultural, contemplando apreciação da história, valor da memória e qualidade estético-arquitetônica – com o intuito de melhorar o aspecto visual da praça, tomada pelos automóveis, bem como valorizar a arquitetura local, representada pelo Art Déco. Além da retirada do estacionamento de veículos, evidenciando as perspectivas direcionadas aos edifícios, conforme explicitado nas figuras 2 e 3, foram feitos reparos no Monumento às Três Raças, no Obelisco e no piso. O projeto também previu a retirada do Palácio das Campinas, sede da prefeitura de Goiânia construída no final dos anos 1960, por destoar do conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1982.



Figuras 2 e 3: Proposta de intervenção da Praça Cívica. Fonte: F.T., 2012, à esquerda e à direita, respectivamente

O acervo arquitetônico de Goiânia é considerado um dos mais significativos do Brasil. No entanto, tal qualificação, a centralidade do local, a facilidade de acesso e mesmo a requalificação realizada não foram suficientes para que o espaço fosse efetivamente apropriado pela população. Porventura existe uma falha quanto à questão do reconhecimento e identidade? Tal fato poderia associar-se à questão da eficácia visual exposta por Huberman (2013 p. 85) em relação ao apreço da imagem numa cultura predominantemente católica, como não é o caso de Goiânia, de acordo com pesquisa da FGV feita com base nos microdados dos censos de 2000 e 2003 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, tal indagação, respaldada no princípio da fenomenologia, cujo cerne consiste na descrição em detrimento à explicação, merece um estudo mais aprofundado, com um período de observação maior.

A intervenção entregue à população em 2016, que buscou retomar o aspecto do projeto original concebido por Corrêa Lima, inspirado na teoria das cidades-jardim, do urbanista inglês Ebenezer Howard, não adotou a diversidade de usos que garantam a vitalidade urbana explorada por Jacobs (2011, p. 10). No entanto, a remoção do estacionamento constituiu, conforme explicitado na figura 4, além da retirada de

barreiras visuais que descaracterizavam o aspecto monumental da praça, a valorização do pedestre, amiúde esquecido em projetos que visam a monumentalidade. De maneira breve, foi possível observar que vários intervenientes, além dos aspectos visuais podem ser elencados nas dinâmicas que deflagram o uso e a permanência de um lugar, garantindo sua perenidade, bem como a propagação cultural explicitada na paisagem urbana de um sítio tombado.



Figura 4: Praça cívica após retirada do estacionamento. Fonte: Acervo pessoal, 2017

CONCLUSÃO

A partir da proposta de requalificação da Praça Cívica em Goiânia, percebe-se que a intervenção obteve êxito no sentido de melhorar a paisagem local, atribuindo-lhe inteligibilidade e retomando seu aspecto original. No entanto, tal medida não bastou para impulsionar as dinâmicas de apropriação e reconhecimento do lugar, necessárias para a conservação do patrimônio. A paisagem urbana obteve um ganho na cultura, visto que a proposta favoreceu a legibilidade do conjunto, reafirmando a linguagem arquitetônica que representa a cidade.

Apesar de reforçar a cultura e facilitar o método de leitura do conjunto, a verificação dos rebatimentos que a intervenção causou nas dinâmicas de interação entre sujeito e objeto continua dúbia. Por residir a filosofia no elemento da universalidade, que em si inclui o particular, a aparência de que é no fim e nos resultados que se expressa sua essência consumada (Hegel, 1992, p. 21), torna-se fundamental uma observação mais cautelosa das imagens que constituem o local e do que elas podem provocar no sujeito que as contempla, no espírito do tempo que o encobre.

A busca pela essência por intermédio dos sentidos produz uma pluralidade pautada na subjetividade do sujeito. Destarte, como produzir ciência, com resultados confiáveis a partir da noção de juízo, tomando o termo emprestado da filosofia de Kant, em que juízo é uma forma de conhecimento ao deparar-se com intervenções urbanas, que podem ou não produzir sensações? O melhoramento além da dimensão tangível

poderia ser observado a partir de dinâmicas de apropriação, o que não necessariamente conduz à permanência do local. O reconhecimento simbólico constitui uma abstração e se vincula com a identidade e sensação de pertencimento que o sujeito pode ter, apesar de não permanecer fisicamente ali. Tal condição, que remete à memória, dificilmente pode ser mensurada a fim de validar como uma melhoria estética produz desdobramentos além da dimensão sensível.

As indagações levantadas, compatíveis com a angústia que a própria fenomenologia tende a apresentar, visto que não dita soluções, mas indagações a respeito da realidade interpretada pelo ser, não podem ser exauridas num único estudo, tampouco por apenas um autor. Para tratar a aparência e o que se deixa entrever por meio desta, em questão de cultura visual, faz-se necessário permear por áreas circunscritas fora do perímetro do fazer arquitetônico, bem como debruçar por um período mais extenso sobre as questões que uma intervenção, mesmo que de cunho visual, pode desdobrar. De qualquer maneira, os estudos posteriores ao presente trabalho não pretendem nenhum tipo de rotulação ou categoria redutível, visto que seria um erro em potencial, uma vez que deixa escapar nuances de pensamento e métodos, além de impor certa rigidez epistemológica indesejável, incompatível com o contexto temporal de efemeridade e maleabilidade vivenciado.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. [Tradução coordenada e ver. Por Alfredo Bosi, com a colaboração de Maurice Cunio et al]. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

ALMEIDA, Inácio. *A contemplação no ensino de São Tomás*. in: LUMEN VERITATIS. São Paulo: Associação Colégio Arautos do Evangelho, n. 5, out-dez 2008. p. 60-62.

ARANHA, M. Lúcia de Arruda; PIRES, M. Helena. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. Goiânia: Moderna, 2008.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares*. São Paulo: 90 Graus Editora, 2005.

DANTO, A. C. *Crítica de arte após o fim da arte*. [Tradução de M. Gally, Clarissa B. e L. Aguiar]. Viso: Cadernos de estética aplicada, Vol. VII, Nr. 14, pp. 82-97, Jul./Dez. 2013

EISENMAN, Peter. O fim do clássico, o fim do começo, o fim do fim. In: *Malhas, Escalas, Rastros e Dobras na Obra de Peter Eisenmann*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, pp. 27-36.1984.

F.T. – Fernando Teixeira, Arquitetos Associados; Goiânia, 2012. Disponível em: <<<https://fernandoteixeira.arq.br/inicio/escritorio/paisagismo/requalificacao-da-praca-pedro-ludovico-goiania-go/>>> Acesso em 26 ago 2018 às 3:25.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da Arquitetura Moderna*. [Tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica Júlio Fischer] 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. [Tradução de Márcia de Sá Cavalcante Schuback]. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HEIDEGGER, M. *Construir, Habitar e Pensar*. [Tradução de Márcia de Sá Cavalcante Schuback]. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 1954.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

HUBERMAN, DIDI G. Diante da imagem. [Tradução Paulo Neves] – 1 ed. – São Paulo: Editora 34, 2013.

JACOBS, Jane Butzner. *Morte e vida nas grandes cidades*; [Tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão.] – 3 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011

MALABOU, Catherine. La plasticité au soir de l'écriture: dialectique, destruction, déconstruction. Paris: Éditions Léo Scheer, 2005. 124 p. (doravante: PASE).

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. *Arte e verdade na arquitetura: uma reflexão a partir da perspectiva preservacionista*. Brasília: Revista Estética e Semiótica, vol. 7, n. 2, 2017.

PALAZZO, Pedro Paulo. *Determinação histórica e estética em Hegel* - doi: 10.5102/univhum.v6i2.892. Universitas Humanas , v. 6, p. 1-18, 2009.

RIEGL, Aloïs. *O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: UCG, 2006.

NESBITT, Kate (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica (1965-1995)*. Coleção Face Norte, volume 10. São Paulo, Cosac Naify, 2006.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SOLÁ-MORALES, Manuel de. *Ações Estratégicas de Reforço do Centro*. In: MEYER, Regina Maria Prospero (Org.). *Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Associação Viva o Centro; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Terceiro Nome, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura urbana: 47, 49, 50, 51

Ambiente: 50, 74, 77, 79, 111, 129, 134, 196, 197

Análise de Conteúdo: 13

Arquitetura: 2, 5, 38, 53, 54, 57, 65, 66, 68, 79, 91, 113, 118, 120, 125, 133, 137, 146, 168, 173, 185, 188, 200, 210, 224, 233, 234, 236, 240, 247, 261, 266, 267, 278, 301, 303

C

Cartografia Social: 250, 251, 254, 259, 260, 262

Centro cultural: 289

Cultura: 33, 77, 99, 102, 103, 127, 151, 173, 189, 197, 253, 261, 262, 266, 269

E

Espaços Públicos: 162

Etnografia: 96, 99

I

Identidade: 91, 196, 250, 251, 275

M

Mapeamento Participativo: 250, 255

Monumentos Culturais: 264

N

Natureza: 68, 74, 130, 211, 218, 300

P

Paisagem: 7, 8, 9, 65, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 88, 89, 91, 92, 94, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 113, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 146, 149, 150, 160, 162, 165, 172, 173, 175, 185, 188, 189, 190, 191, 196, 197, 200, 203, 205, 208, 210, 211, 224, 237, 250, 251, 253, 254, 257, 258, 259, 261, 262, 291, 292, 300, 304

Paisagismo: 304

Patrimônio Cultural: 75, 102, 103, 133, 154, 210, 253, 260, 262, 269, 270, 275, 303, 304

Pesquisa urbana: 304

Planejamento: 23, 65, 79, 89, 146, 149, 160, 213, 250, 251, 262, 303, 304

Política habitacional: 113, 304

Políticas Públicas: 197, 304

Projeto arquitetônico: 304

Proteção urbana: 304

S

Sustentabilidade: 50, 304

T

Território: 79, 250, 251, 304

U

Urbanismo: 2, 5, 38, 53, 65, 68, 79, 91, 113, 120, 125, 137, 146, 159, 168, 173, 188, 200, 224, 233, 236, 261, 266, 267, 278, 281, 290, 303, 304

Urbano: 10, 24, 58, 59, 89, 139, 146, 147, 210, 213, 227, 228, 304

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-485-6

